

**UNIÃO
BRASIL**



**PROPOSTA DE
PLANO DE GOVERNO**

DA CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

2023–2026

**SORAYA
THRONICKE**

INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento político e gerencial muito difícil. Desde a redemocratização, inúmeras foram as tentativas de aperfeiçoar a estrutura executiva dos vários governos.

Não foi possível implementar um **projeto de nação** com foco no desenvolvimento nacional, de forma a corrigir as distorções geradas pelas ações das oligarquias em todo o território nacional, sobretudo daquelas que têm maioria no congresso, independentemente de suas localizações geográficas.

Ou seja, as desigualdades regionais não foram corrigidas, a ponto de gerar uma nação mais igualitária e capaz de proporcionar à sua gente – em suas diversas regiões – qualidade de vida satisfatória, com emprego e renda suficientes para viver bem. Tampouco a máquina pública, nos seus três níveis, conseguiu atender suficientemente as demandas populares, devido a captura dos governos por interesses privados e corporativos. A isso se soma a ineficiente gestão dos recursos orçamentários nacionais.

Essa situação histórica se reproduz muito no controle do Estado. A gestão política, na prática, é focada no controle do orçamento público e das nomeações – para cargos estratégicos – de aliados de quem está no poder.

As eleições de 2022 serão, seguramente, mais importantes do que as anteriores, devido às peculiaridades da crise econômica e política global e dos problemas nacionais históricos e estruturais.

Questões geopolíticas e geoeconômicas impactarão o planejamento das ações do próximo governo, tanto por conta do mercado interno, que mobilizará 5570 municípios¹, 26

1- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

Estados e o Distrito Federal, tanto devido à logística nacional e internacional; considerando que o Brasil se tornou um *player* importante – por estar entre as 10 maiores economias mundiais, não obstante ser internamente muito desigual.

Assim, se o país for bem governado, poderá aproveitar as oportunidades que aparecerão, em decorrência da reconfiguração do atual modelo de globalização. Nos setores energético, ambiental, do agronegócio e de serviços, haverá aumento de demanda e exigência de investimentos com foco estratégico. A década de 2020 a 2030 será, segundo analistas e prospectivos, fundamental para o reordenamento internacional da economia e, conseqüentemente, da política e das relações internacionais.

O Brasil poderá aumentar significativamente sua participação nesses novos ambientes de negócios, a partir do aumento de sua produtividade e competitividade, situação que reclama investimentos significativos em pesquisa e inovação tecnológica em setores estratégicos e transformação do



modelo educacional estruturalmente.

É preciso formar líderes empreendedores, desde a juventude. Para tanto, deve-se aprofundar as parcerias com instituições capazes de auxiliar na formação e capacitação dos jovens. O foco no ensino básico, técnico e em pesquisa deve ser otimizado.

O Brasil precisará rever o modelo interno de desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do agronegócio, carro chefe da economia, com muito investimento em tecnologia e infraestrutura, tais como rodovias e portos. É preciso a elaboração e implementação de uma **Política de Estado**, que contemple a resolução dos problemas internos entre as demandas do agronegócio, que deve ser cada vez mais privilegiado, mas em consonância com a questão ambiental.

Isso poderá fortalecer a indústria nacional, que deverá focar em inovação e capacitação técnica e profissional. Com isso, será possível aumentar a produtividade/competitividade nacional, ampliar sua participação no mercado internacional e gerar empregos e renda internamente.

O congresso terá, necessariamente, que rever **a política ambiental e a questão das unidades de conservação, das áreas indígenas e quilombolas;** torna-las geradoras de riqueza e capazes de produzir alimentos e minérios estratégicos, para alavancar a participação nacional na nova economia global, demandante de alimentos, energia e minérios estratégicos, com novo modelo de gestão nas referidas áreas e com foco no desenvolvimento econômico, na preservação das culturas indígenas e afrodescendentes.

Dinamizar a gestão dos parques ambientais, por meio de modelo de gestão focado no turismo e na valorização do meio

ambiente, sem radicalismos, nem dogmas, é necessário. **É preciso privilegiar os interesses nacionais.**

Deverá regulamentar o mercado de **terras raras e do garimpo**, além de tornar a gestão da mineração brasileira uma prioridade de Estado.

A segurança alimentar e toda sua cadeia produtiva, social e econômica deverá também ser uma prioridade de Estado.

Em nível internacional, importantes órgãos como a ONU e vários governos têm alertado para as nefastas consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia na oferta de gás, petróleo, fertilizantes e alimentos. A crise que essa guerra desencadeou, abalou todo o modelo de globalização do sistema produtivo internacional, construído desde 1970.

Há, de fato, alertas importantes apontando para uma crise energética: o aumento exponencial da inflação, da imigração forçada da população atingida pela guerra e de dezenas de



outros focos de conflitos em várias partes do planeta.

O Brasil, pela sua extensão e posição geográfica, detentor de um potencial de riquezas naturais, água, terras produtivas, minérios estratégicos e facilidades culturais de conviver com a imigração, torna-se alvo não só da esperança de recomeçar a vida em melhores condições, mas também cresce a cobiça internacional sobre toda a riqueza nacional.

Para enfrentar os desafios que virão em crescente intensidade nos próximos anos, é fundamental que se combata a violência social e a ascensão do crime organizado, não somente sobre as instituições públicas, mas sobre famílias e fronteiras nacionais. Mas não podem ser apenas ações pontuais de segurança pública e institucional de um governo, é preciso uma **Política de Estado de Segurança Institucional**, que promova o desenvolvimento sustentável de nossas imensas fronteiras.

É fundamental que seja ampliado o investimento na tecnologia local e o intercâmbio cultural com países que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento tecnológico e científico em áreas fundamentais da nova economia verde. É preciso investir significativamente na política espacial e na Antártica, ocupando espaços, produzindo conhecimento e desenvolvendo novos produtos.

É preciso patentear as inovações brasileiras e elaborar um modelo de negócios estruturado no conhecimento e no direito autoral. Isso não significa abandonar o que funciona, ao contrário, é preciso aperfeiçoar o que temos de bom e avançar celeremente rumo ao futuro, mas com foco estratégico. O Brasil não pode perder oportunidades como as que se apresentaram nesse turbulento e difícil período que vivemos. As transformações serão profundas e estruturais; não

sobreviverão instituições focadas no passado. A história que nos interessa é a do futuro, que já começou e avança rapidamente.

O Brasil precisa definir suas prioridades para agir no mercado internacional e focar nos problemas internos como desemprego, educação, alimentação, saúde, energia, segurança, patriotismo, infraestrutura, desenvolvimento sustentável dos biomas nacionais, geração de riqueza e atividades produtivas, para atuar como sujeito na nova economia.

A primeira e mais urgente mudança a ser feita é tornar o Estado mais eficiente e ágil, a partir da aplicação dos recursos disponíveis para resolver problemas estruturais e investir em áreas imprescindíveis à nova economia.

A reforma tributária será a prioridade número um do governo Soraya Vieira Thronicke, com foco na aprovação da unificação de tributos e contribuições federais, encerrada na proposta do



chamado **Imposto Único Federal - IUF**. O modelo que apresentamos demonstra o quanto é possível avançar na gestão das contas públicas e o quanto de benefícios trará para todos os entes federados e, sobretudo, para o cidadão brasileiro.

Ao longo de décadas o Brasil político discute, sem avançar essencialmente, as reformas necessárias no nosso complexo sistema tributário. Essa situação só tem aumentado as desigualdades regionais e prejudicado o desenvolvimento nacional e o bem-estar do contribuinte.

A concentração da riqueza nos grandes centros urbanos e econômicos resulta no agravamento dos problemas sociais, na incapacidade de governos estaduais e municipais atenderem dignamente demandas da sociedade. Isso favorece grupos econômicos, que se privilegiam dessas desiguais condições, para aumentar sua riqueza, em detrimento dos reais interesses da sociedade.

Portanto, uma reforma estrutural no sistema tributário é de extrema urgência e será feita com a participação efetiva do Congresso Nacional e da sociedade organizada.

Apresentaremos a proposta já no início do governo e promoveremos grande mobilização nacional, para que essa reforma aconteça com qualidade, patriotismo e foco no futuro de todos os brasileiros.

ECONOMIA

O Brasil, nesse período pós-pandemia e de retomada da economia, enfrenta imensos desafios em vários setores.

As mudanças estruturais que a pandemia gerou, obrigaram micros e pequenas empresas, que atuavam principalmente nos setores do comércio varejista, turismo, academias, eventos culturais e diversos e outros micros setores, a se reinventarem.

Foram obrigados a se ajustarem às mudanças impostas pela pandemia e pelos *lockdowns*, o que gerou desemprego e incapacidade de sobrevivência, sob as rigorosas regras impostas pela política sanitária.

A pandemia produziu severos impactos na organização do trabalho e evidentemente novas demandas de capacitação profissional e de regulação da economia surgiram.

O momento atual é crítico e exige esforços conjugados para não permitir que o distanciamento social e econômico, entre empreendedores e sociedade, aumente.

O sentimento de desamparo, principalmente entre os pequenos empresários, é crescente. Sua capacidade de gerar



empregos e retomar seus negócios de forma otimista e com visão de um futuro melhor não está presente no seu dia a dia.

As **Micro e Pequenas Empresas** (MPEs) desempenham um papel fundamental e relevante para o desenvolvimento econômico e social do **Brasil**. Elas são mais de 90% dos empreendimentos e respondem por 27% do PIB e por mais de 50% dos postos de trabalho existentes no país.

Dentre os milhões de pequenos negócios que operam em todas as regiões do país, destacam-se os Microempreendedores Individuais – MEI, que no período compreendido de julho/2009 a abril/2022, 522 categorias profissionais que desenvolvem atividades nos setores do comércio, serviços e indústria, optaram pela legalização dos seus negócios por meio da opção aos benefícios e vantagens da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, totalizando 13.899.672 formalizações. Destas 522 categorias profissionais, 50 foram responsáveis por 74,12% do total das formalizações efetivadas no país, representadas por **10.302.979 enquadramentos**.

No período de 31/12/2021 a 30/04/2022, o percentual de mulheres que se formalizaram, 4,50%, foi menor do que o de homens, 5,14%. **Apesar dessa diferença, o comportamento empreendedor do gênero feminino na busca por uma autonomia financeira, mantém-se ativa e em crescimento.** De acordo com o Sebrae, em relação ao microempreendedorismo individual, as mulheres trabalham principalmente em atividades de beleza, moda e alimentação e o local de funcionamento de 55,4% das MEI é a própria casa.

Um levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, mostrou que as mulheres empreendedoras são mais jovens e têm nível de

escolaridade 16% superior ao dos homens, porém elas enfrentam desafios para obter crédito e financiamento, pois acessam, em média, R\$ 13.000,00 a menos do que o valor liberado aos homens. Outro dado é que as mulheres têm índices de inadimplência mais baixos, mesmo assim elas pagam taxas de juros 3,5% maiores do que as dos empreendedores.

O índice de microempreendedores individuais inadimplentes com o Documento de Arrecadação do Simples Nacional-DAS, em dezembro de 2021, foi de 42,38%, conforme dados estatísticos do Simples Nacional – Receita Federal do Brasil. Em novembro de 2021 o índice de inadimplência foi de 40,32%, ocorrendo um acréscimo de 2,06% de inadimplentes.

Os custos, os tributos, taxas e outras ações do governo não os levam a um otimismo necessário, pior, correm sérios riscos de se juntarem aos mais de dez milhões de desempregados, aumentando o custo social dessa trágica situação.



Retomada da economia

Esse é um desafio que exige, para ser enfrentado, mudanças no sistema tributário e na otimização dos gastos públicos. A população se ressentiu muito de ter que pagar impostos caros e não ver sua aplicação objetiva, nem resultados concretos. Quando se avalia a qualidade dos serviços públicos variados, a insatisfação é crescente, antiga e tende a crescer.

O custo de manutenção da máquina pública precisa ser revisto, mas o Estado tem que oferecer serviços de qualidade à população. E para tanto, precisa de recursos financeiros, competência gerencial e aprimoramento do nível de atendimento ao cidadão, no acesso aos serviços.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, a percepção popular é de complexidade, injustiça e desigualdade. A forma como esse sistema funciona atualmente só onera os mais fracos e aumenta as profundas diferenças; isso precisa ser revisto imediatamente.

O Brasil político tenta a décadas reformar seu sistema tributário sem sucesso, mas não é mais possível adiar essa reforma. A crise social, financeira e política se agravará bastante, se mudanças estruturais não forem feitas. **É preciso implantar o Imposto Único Federal – IUF.**

Somente assim será possível otimizar a gestão dos recursos do orçamento e gerar caixa para investimentos de qualidade, além do custeio da máquina pública, conforme regras constitucionais.

O IUF propõe nova forma de arrecadação de tributos e contribuições federais. Essa proposta responde à expectativa da sociedade de um avanço significativo na reforma do

sistema tributário nacional, que simplifique radicalmente a tributação federal.

O IUF irá distribuir a carga tributária com maior justiça social, aliviando a excessiva incidência sobre os assalariados, a classe média e as empresas formais.

Na prática, o IUF significa mais comida no prato do trabalhador. Convém lembrar que no Brasil mais de 20 % da população vive em situação grave de insegurança alimentar.

AÇÕES:

- Propor ao Congresso a reforma do Sistema Tributário Federal e implantar o Imposto Único Federal – IUF.
- Simplificar de forma radical o Sistema Tributário.
- Universalizar o combate à evasão fiscal.
- Respeitar o princípio Federativo (manutenção da autonomia dos Estados, municípios e do DF).
- Desburocratizar (redução da papelada, de autorizações, de



multas, de custos diretos e indiretos de processamento, de obrigações acessórias e de fiscalização).

- Modernizar (adequação ao mundo digital).
- Conferir segurança tributária (redução do contencioso e garantia de que não haverá perda de arrecadação).
- Incluir cláusula de *performance bond* nas licitações de obras públicas para garantir que se o contratado não cumprir com suas obrigações, de acordo com os termos e condições do contrato, a seguradora será responsável por contratar terceiros para dar continuidade ao projeto ou efetuar o pagamento de indenização ao segurado, até o valor limite da garantia.
- Estruturar e implementar uma **Política de Apoio e Desenvolvimento de Microempreendedores Individuais (MEI), Micro e Pequenas Empresas (MPEs)**, alicerçada em instrumentos e mecanismos de acesso ao crédito orientado (capacitação, tecnologia e financiamento), acesso ao mercado, acesso à inovação e tecnologia, acesso ao apoio e orientação continuada, beneficiando cerca de 13 milhões de MEIs e 9 milhões de Micro e Pequenas Empresas, com impacto direto em em 84 milhões de pessoas que dependem social e economicamente dos ganhos auferidos por esses pequenos negócios.
- Implantar e desburocratizar o acesso à linhas de crédito para incentivar o pequeno empreendimento.
- Propor interrupção de pagamento de impostos para pequenas empresas que não estiverem em condições de pagar, com reequacionamento dos débitos.
- Melhorar a transparência na prestação de contas dos tributos.
- Gerar empregos e renda apoiando as atividades econômicas com uso intensivo de mão de obra.
- Estimular o crescimento econômico por meio do investimento e aumento da produtividade.

Gestão e Desenho Organizacional

É necessário alinhar as organizações públicas, conforme a afinidade de suas missões organizacionais (o que cada uma tem que fazer, para que foram criadas), isso significa que os diversos públicos/clientes precisam ser contemplados.

Só teremos de fato uma verdadeira democracia de serviços, quando as organizações públicas atenderem plenamente seus clientes e não se servirem como máquinas à serviço do poder dominante e distorcerem o processo democrático. Isso exige competência gerencial, vontade política e avaliação de desempenho, entre outros fatores. Mas o fundamental é que a população seja, realmente, privilegiada no atendimento de suas necessidades.

Para tanto, investir na melhoria do atendimento será prioridade de nosso governo, desde o primeiro dia.

Propomos a reimplantação do Ministério do Planejamento nas



decisões das políticas públicas para reordenar a gestão financeira da União.

Serão criados conselhos propositivos: Conselho Político, para acompanhar as ações de todos os órgãos do executivo e avaliar as entregas, Conselho de Justiça, para garantir segurança jurídica e o Conselho Tributário, para não incorrer, ao arrepio da lei, infinidade de impostos e taxas a todo momento criados por resoluções e MPs.

Amazônia

A Amazônia Legal correspondente a cerca de 61% do território brasileiro e tem aproximadamente 30 milhões de habitantes e precisa ser entendida como uma grande oportunidade e uma benção para o país.

É preciso olhar para a região considerando suas imensas peculiaridades e integrá-la em um amplo programa de desenvolvimento nacional.

Há desigualdade no interior da região. Os municípios com os piores IDH's do Brasil estão localizados na Amazônia brasileira, conforme dados de 2013, a partir do Censo 2010, e bem abaixo da média nacional, que está atualmente em 0,765, de acordo com PNUD/UN, que deixa o Brasil na 84ª. posição no ranking internacional. O desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de modo sustentável e com redução das desigualdades sociais, baseado em economia de baixo carbono, deve ser política do Estado Brasileiro.

É possível conciliar crescimento econômico e investimentos privados com a preservação do meio ambiente e a descarbonização da economia em linha com os objetivos de

incremento sustentável e com as metas internacionais de redução de emissões.

Estimular a melhoria de novos polos econômicos, mantendo a *"floresta em pé"*, interiorizando o progresso da região e impondo barreiras reais ao desmatamento.

Implantar políticas que requeiram a melhoria efetiva de bem-estar de toda a sociedade, com avaliações de evolução de indicadores como o IDH nos municípios pelo interior da Amazônia.

O Brasil precisa desconcentrar a produção industrial. No Amazonas essa produção é de apenas 2,2% da produção industrial nacional e está fortemente concentrada na cidade de Manaus. É importante que se promova o desenvolvimento, devido a situação geográfica, geopolítica e estratégica da região.

A soma de todos os sete estados do Norte responde por menos



de 6% do PIB brasileiro. É preciso investir nessa região, com a máxima urgência, devido às demandas e pressões internacionais.

O Brasil só conquistará uma trajetória de crescimento sustentável, de longo prazo, quando as disparidades, inclusive a regional, forem diminuídas.

É preciso ampliar a atuação do Banco da Amazônia de forma a intensificar os investimentos estratégicos.

AÇÕES:

- O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) deve ser ampliado e aplicado nas inovações necessárias para o crescimento da economia verde e da biodiversidade.
- Proteger a Floresta Amazônica: redução dos desmatamentos e recuperação de áreas degradadas.
- Promover a segurança jurídica dos investimentos de baixo carbono.
- Investir na diversificação produtiva: expansão de novos perfis de emprego, de investimentos e de investidores na região.
- Investir no desenvolvimento da bioeconomia e da biotecnologia.
- Investir em polos digitais, de atividades da cultura e de turismo.
- Aperfeiçoar os processos de licenciamento ambiental, de pagamento por serviços ambientais e uso do patrimônio genético.
- Combater fortemente as atividades ilegais de comércio de madeira, minério, animais silvestres e outras riquezas amazônicas.
- Investir no desenvolvimento de novos vetores de atividade econômica que precisam de estímulos variados.
- Investir em piscicultura, na indústria da madeira e pesca, bem como na concessão florestal.

- Investir em turismo, ecoturismo, turismo de negócio, na economia criativa e da cultura.
- Investir em indústria farmacêutica, fármacos e fitoterápicos, na indústria cosmética, óleos essenciais e essências.
- Investir em indústria alimentar: bebidas, óleos vegetais e proteína vegetal.
- Investir em polos digitais e de mineração sustentável.
- Promover um amplo programa de capacitação profissional pelo interior da região, em especial, escolas técnicas e de tecnologia voltadas para a formação de profissionais qualificados para atuarem em cadeias produtivas. Esses novos setores desenvolvidos gerarão emprego, renda e bem-estar na região.
- Fortalecer o Polo Industrial de Manaus.
- O programa Zona Franca de Manaus precisa ser mantido e, ao mesmo tempo, carece de aperfeiçoamentos para se adequar à realidade do mundo, das novas tecnologias e da agenda de mudanças climáticas.
- Promover acesso a novos mercados para os novos produtos advindos da diversificação produtiva, em especial, da



bioeconomia e da biotecnologia e promover as exportações dos produtos da atividade industrial da ZFM.

- Promover a integração de modais e investir em transporte fluvial, no balizamento de rios, portos, retroportos adequados ao que é produzido, na dragagem, na derrocagem, e na modernização. Implantação de rodovias e aeroportos regionais.
- Promover investimentos estratégicos para aprimorar as ações e atividades da UEA (Universidade Estadual do Amazonas), a maior universidade multi-campi do país, para capacitação técnico-profissional.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A educação é, sem dúvida nenhuma, fundamental para o futuro. Um país que não investe na correta formação de suas crianças e jovens, não tem como participar efetivamente da nova economia do conhecimento, que é estruturada na inovação tecnológica, no desenvolvimento de novos produtos e mercados, na criatividade e na pesquisa.

A questão da educação brasileira apresenta problemas estruturais, que devem ser solucionados a partir de aperfeiçoamentos no pacto federativo, no que tange ao equilíbrio e ao desempenho da gestão educacional, nos três níveis do Estado.

O analfabetismo funcional é um problema muito relevante no cenário educacional brasileiro, com consequências para a vida adulta e para as práticas cidadãs. Para que o analfabetismo funcional seja evitado, é importante que as escolas tenham

projetos pedagógicos que vão além de conteúdos deslocados da realidade cotidiana dos estudantes ou do estímulo a uma aprendizagem decorada. O ambiente escolar que ensina a refletir, opinar e aplicar os conceitos estudados em situações reais promove uma **formação plena**.

Somente mediante um novo pacto educacional, nos três níveis de governo, será possível superar a crise e atender as demandas educacionais da sociedade.

O momento atual exige uma repactuação com governadores, secretários de educação nos estados e municípios, em torno de ações prioritárias, como a plena retomada das aulas, reposição de conteúdos pedagógicos e a dinamização da economia educacional, com segurança sanitária e a garantia de que os alunos serão bem atendidos. Isso pode ser feito com o uso da tecnologia de ensino a distância e de aulas presenciais através de um sistema híbrido.

Também é preciso uma articulação maior com as Comissões



de Educação no congresso e nas assembleias legislativas, com objetivo de melhorar as ações educacionais.

É preciso definir e regulamentar detalhadamente as atribuições educacionais de cada ente federativo.

É preciso uma intervenção gerencial forte para garantir um projeto de futuro para novas gerações. Ações focadas na alfabetização, ensino básico, formação técnica, pesquisa e inovação.

As universidades podem firmar parcerias com setores privados para produzir inovações e novas patentes.

AÇÕES:

- Estabelecer um plano de ações e pactuá-lo com governadores e prefeitos, visando melhorar o nível da educação brasileira.
- Implantar um programa nacional de capacitação pedagógica e tecnológica para os professores, valorizando-os e aumentando sua competência profissional, de forma a produzirem uma educação de qualidade, que leve a um novo patamar o desempenho qualitativo de seus alunos.
- Profissionalizar efetivamente a nobre carreira do professor, melhorando sua remuneração e qualificação técnico pedagógica.
- Aumentar o número de professores qualificados para o ensino básico e médio, mediante concursos públicos.
- Implantar um sistema nacional de avaliação do desempenho dos professores, com objetivo de aprimorar o sistema nacional de ensino.
- Implantar no gabinete do ministro da Educação um sistema de monitoramento e desempenho das novas metodologias

de ensino, se antecipando aos problemas e promovendo os ajustes.

- Implantar programa nacional de alfabetização e intensificar as ações para diminuir a alfabetização funcional, por meio de ações educativas cívicas, com objetivo de ampliar a consciência crítica e propositiva dos alunos.
- Reforçar a educação básica brasileira com elementos que permitam o desenvolvimento de competências empreendedoras, segundo as recomendações do Relatório da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), ação estratégica determinante para o combate ao analfabetismo funcional e o fortalecimento das dimensões humanas: saber conhecer, saber ser/conviver e saber fazer.
- Combater com eficácia a evasão escolar, estimulando a frequência na escola, adequando as atividades pedagógicas e criativas capazes de motivar a participação dos alunos, sobretudo no ensino médio, com apoio às demais unidades federativas.



- Estimular a participação dos pais nas reuniões de pais e mestres de forma a dividirem as responsabilidades na educação dos filhos. Pais devem acompanhar efetivamente o desempenho dos filhos; e o Estado, o dos professores.
- Implantar ações criativas, pedagógicas e empreendedoras no ensino médio, criando condições para que a juventude possa construir caminhos positivos para seu futuro.
- Reforçar o ensino técnico, contemplando as necessidades regionais de cada cadeia produtiva e formando mão de obra qualificada para atuar em mercados locais.
- Priorizar a educação básica, melhorando a situação das escolas com reformas e equipamentos necessários e mudar para melhor o nível da educação básica.
- Implantar um sistema oficial de avaliação que prime pela excelência e gere indicadores consistentes para subsidiar a política educacional.
- Fomentar a ampliação da rede nacional de ensino infantil e fundamental, com creches e profissionais qualificados para otimizar seu funcionamento.
- Fomentar a implantação do ensino híbrido nas escolas, com acesso à internet e equipamentos necessários, em todo o Brasil e em todos os níveis de ensino.
- Regulamentar e implementar o sistema nacional de educação e os mecanismos aprovados no novo FUNDEB.
- Investir na implantação das escolas cívico-militares, para atender não só a crescente demanda, como também, o sentimento de Estado de direito.
- Investir prioritariamente no ensino técnico, com foco em serviços e tecnologia.
- Investir em pesquisa e inovação, em parceria com o MCTI e empresas privadas, priorizando novas áreas da ciência e tecnologia, para aumentar a produção de conhecimento, de patentes nacionais e o aumento de produtividade.
- Aperfeiçoar a gestão do FNDE, de forma a melhor atender a

população com seus serviços.

- Tornar mais transparente as ações do FNDE e promover, em parceria com municípios e estados, um planejamento integrado de ações, visando resultados efetivos.
- Efetivar as ações da corregedoria do FNDE.
- Ampliar a participação de editoras na produção de material didático do MEC.
- Rever a política de livros didáticos e priorizar a tecnologia (celulares e tablets), quando possível.
- Estruturar parceria com o SENAI e outras instituições de formação técnica de mecânicos especializados na manutenção de ônibus escolares, em parceria com prefeituras, para atender a demanda em todo o território nacional.
- Atuar em parceria com o TCU, visando eliminar a paralisação de obras devido a descontrole dos fluxos de prestação de contas.
- Aumentar a articulação entre assessores parlamentares e técnicos do FNDE, garantindo melhores esclarecimentos sobre a gestão da instituição.



- Estimular parcerias das universidades com instituições de pesquisa e inovação, mediante convênios e outras formas de cooperação.
- Fortalecer as áreas de pesquisa, inovação e patentes.
- Estimular a pesquisa universitária em novos ambientes estratégicos como a Antártica e a área espacial.
- Estimular a pesquisa universitária e inovação em logística.
- Estimular a pesquisa universitária em áreas que promovam a segurança alimentar.
- O governo federal deverá, em parceria com as universidades e centros tecnológicos, patentear as inovações e gerar riqueza a serem reinvestidas em pesquisas e inovações, num ciclo virtuoso a caminho da economia do conhecimento.
- Reforçar o projeto das escolas cívico militares.
- Tornar o PROFESP (Programa força no esporte) uma Política de Estado e utilizar sua metodologia para implantá-lo em todo o Brasil.
- Implantar a disciplina Cidadania e Brasilidade desde o ensino básico ao superior (com educação ambiental – sustentabilidade e responsabilidade – financeira, sexual, ambiental, civismo (constituição e funcionamento do Estado)).
- Fortalecer a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), por meio de parcerias com outros hospitais e centros de pesquisa e inovação em serviços e produtos hospitalares.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Estimular a Inovação e Tecnologia e aumentar a produção de registros de patentes no nosso país.
- Fazer convênios com o Instituto Nacional de Patentes (INPI) para reduzir a burocracia dos registros de patentes, conforme a média internacional, que é de um ano.
- Criação de Centros da Tecnologia e Informação em cada

estado brasileiro para promover ambiente propício à geração de inovações em processos e produtos, visando o fortalecimento da indústria nacional.

- Promover o desenvolvimento de Inteligência Artificial, Tecnologias Tridimensionais, Robótica e Visão Computacional, Tecnologias de Superfícies de Interação e *Displays*, Tecnologias para Concepção de Sistemas de *Hardware*, Empacotamento Eletrônico e Qualificação de Produtos Eletrônicos, Tecnologias para Melhoria de Processos de *Software* e de Segurança de Sistemas de Informação.
- Aumentar a aplicação da Realidade Virtual principalmente na área médica, para uma maior segurança e qualidade das imagens principalmente nas cirurgias de alta complexidade.
- Promover a Melhoria na Telessaúde, em convênio com o Ministério da Saúde para que os serviços cheguem a mais municípios com a Internet.





Os avanços na ciência médica, as novas tecnologias e as ações de cuidado e prevenção de doenças provocaram mudanças estruturais e profundas, em nível global, no setor de saúde.

A saúde, em todas as suas facetas, precisa ser analisada estrategicamente pelo Estado, e a regulação do setor é uma necessidade real para garantir o adequado e justo atendimento à população em suas várias fases da vida.

Recentemente a consultoria Deloitte fez um estudo global sobre a realidade da prestação de serviços de saúde no Brasil. Nele, foi analisado o atual estado do setor de saúde, explorando questões urgentes, entre elas, o fato de que, com a pandemia, falhas estruturais e injustiça social no sistema de saúde foram exacerbadas. O estudo alertou para a necessidade de mais equidade, uma vez que grupos sociais historicamente marginalizados e pobres sofreram (e sofrem) maior impacto.

A saúde mental precisa receber atenção especial em seu sistema como um todo, uma vez que graves problemas psicológicos, traumas diversos e outros transtornos emergiram nesse período pós-pandemia.

O Estado precisa estar atento às aplicações tecnológicas na produção de medicamentos, nos diagnósticos e tratamentos das diversas doenças que acometem as pessoas. Uma mudança profunda na ciência médica levará o Estado a efetivamente regular e privilegiar os direitos da cidadania e os da economia médica.

A formação dos profissionais de saúde, em suas várias

especializações e atividades, deve ser prioridade do Estado.

No Brasil, o problema da saúde pública é grave, devido, entre vários fatores, ao precário atendimento, às filas de espera, à falha na gestão de suprimentos, à falta de medicamentos, aos equipamentos sem manutenção e à demora na realização de exames. A precária presença de médicos e demais profissionais nos hospitais e UPAS, e outros graves problemas, levam a uma crescente insatisfação da população. O Sistema Único de Saúde (SUS) precisa de aperfeiçoamento e investimentos em recursos materiais, tecnológicos e humanos. É fundamental atacar os problemas com competência e vontade política.

Esses esforços são indispensáveis para melhorar de fato os serviços à população e mudar a imagem pública da saúde no Brasil.



AÇÕES:

- Aprimorar o atendimento e garantir o acesso do cidadão aos serviços públicos de saúde e estabelecer regras e processos gerenciais capazes de privilegiar as necessidades do cidadão.
- Investir no aprimoramento e universalização dos serviços do SUS, tornando-o prioridade de Estado.
- Implementar processo de planejamento e gestão na saúde para atender efetivamente as necessidades básicas do cidadão.
- Definir, em parceria com governadores e prefeitos, um processo compartilhado de municipalização da gestão da saúde, visando atender melhor a população.
- Implementar um sistema de gestão on-line, que permita a visualização de todos os órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, para permitir atendimento em tempo real.
- Implantação de CADASTRO NACIONAL ON-LINE de todos os pacientes, com histórico de atendimentos e exames realizados, seja no âmbito do SUS seja em hospitais e clínicas privadas.
- Melhorar a gestão e a fiscalização na aplicação dos recursos e na qualidade dos serviços oferecidos, por intermédio de sistema digital de governança em custos.
- Vigilância na aplicação dos recursos para melhor o atendimento à população, com manutenção de equipamentos, oferta de medicamentos e demais suprimentos aos hospitais.
- Qualificação técnica e supervisão serão prioridades do governo.
- Fortalecer, intensificar e universalizar o combate as arboviroses, epidemias e pandemias.
- Fortalecer a vigilância sanitária e desenvolver ações compartilhadas com órgãos públicos, para implementar

ações de saneamento e educação sanitária.

- Promover a universalização do acesso aos banheiros nas escolas públicas brasileiras e nas moradias.
- Estabelecer programas, em parcerias com ministérios, escolas, organizações sociais e familiares, de educação e combate aos vícios do tabaco, álcool e drogas.
- Fomentar a parceria com hospitais militares, visando ampliar o atendimento, onde for possível, à população.
- Adotar medidas de gestão administrativa e financeira através da implantação de Parcerias Públicas-Privadas (PPPs), com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, que assegurem e aumentem a qualidade do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). As PPPs na área saúde apresentam vantagens como compartilhamento de risco, qualidade na prestação de serviços, capacidade de investimento, inovação, dentre outras.
- Investir, em parceria com o MEC e o MCTI, em pesquisas e desenvolvimentos de produtos e serviços que dinamizem toda a cadeia produtiva da indústria da saúde e do



bem-estar.

- Patentear as inovações e reinvestir em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.
- Rever as regras de proteção intelectual sobre patentes, tornando-as mais flexíveis e ajustáveis às necessidades da população.
- Regulamentar o mercado de atuação dos planos privados de saúde, priorizando as necessidades de atendimento e cuidados à população, considerando suas condições financeiras e faixas etárias.
- Criar um programa eficaz de saúde mental e universalizar sua aplicação.
- Criar um programa universal de atendimento psicológico e psiquiátrico na rede pública de saúde, de forma a atender, com recursos de tecnologia, inclusive, situações emergenciais.
- Criar programa emergencial de atendimento em graves situações sociopsicológicas para atender famílias de suicidas.
- Implantar serviço de atendimento psicossocial preventivo às pessoas em desespero e situação de abandono.
- Universalizar o atendimento odontológico por meio de apoio às demais esferas de governo e de ações diretas nas áreas prioritárias e sem capacitação local.
- Criar e universalizar programa de atendimento e acompanhamento de idosos, em ação compartilhada com outros órgãos públicos de assistência social e prefeituras.
- Investir, em parceria com o Ministério da Educação, na formação de médicos generalistas, pediatras e gerontologistas.
- Com a reforma tributária e a implantação do IUF será possível investir mais recursos públicos na saúde ao mesmo tempo em que os custos do setor, sejam eles públicos ou privados, ficarão mais reduzidos, economizando valiosos recursos da

sociedade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é destinada a quem dela necessitar, sendo garantido um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A população em geral enfrenta sequelas físicas, psicológicas e emocionais dessa trágica crise sanitária. Milhões de brasileiros tiveram suas vidas e de suas famílias alteradas e a saúde física e financeira impactadas fortemente.

Estudos realizados pelo IBGE demonstram a necessidade de implementação de políticas de assistência social, de saúde, inclusive mental, e ajuda financeira para milhões de pessoas sem condição de manter a si próprio e a sua família.



Sabemos que a rede pública de proteção social brasileira precisa ser mantida e ampliada em situações emergenciais; o Estado deve estar preparado para oferecer o auxílio

necessário e as mais diversas formas de ajuda, para garantir o bem-estar da população, sobretudo das pessoas mais carentes.

Segundo o IBGE:

a informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante fonte de desigualdade de rendimentos.

Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (como para maternidade ou afastamento laboral por motivo de saúde).

São ocupações informais as seguintes categorias: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares. A informalidade, em termos espaciais, é preponderante nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2020, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,1% na Região Norte e 53,1% na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 32,8% e 26,1%, enquanto a Região Centro-Oeste (38,1%) esteve próxima da média do País (38,8%).

Pará, Maranhão e Piauí foram as Unidades da Federação que apresentaram os maiores percentuais de trabalhadores em ocupações informais, em 2020, ao passo que as três Unidades da Federação da Região Sul registraram as menores proporções. (IBGE Síntese de indicadores sociais)

AÇÕES:

- Reforçar o auxílio público e aumentar a presença do Estado em setores decisivos para o bem-estar social.
- Cuidados especiais de profissionais capacitados para as pessoas em situação de abandono e de rua.

- Acompanhar e atender necessidades sanitárias básicas e de alimentação da população em situação de rua, visando minimizar o sofrimento e a violência social crescente em situações graves como as atuais.
- Manter o apoio federal aos programas sociais e aperfeiçoar sua aplicação, condicionando à frequência escolar dos filhos e participação em programas de capacitação técnica para adolescentes terem uma profissão.
- Ampliar a assistência às mães e viabilizar sua participação em programas de capacitação, para melhorar seu desempenho profissional.
- Ampliar a rede de proteção para crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
- Ampliar o número de creches e fazê-las funcionar com profissionais capacitados e recursos suficientes para atender a demanda.
- Ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho, por meio de políticas de formação profissional, construção e funcionamento adequado de creches.





DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Fortalecimento dos órgãos ambientais

A primeira das ações do Governo Soraya direcionadas ao desenvolvimento sustentável é o fortalecimento do sistema existente, em especial dos órgãos ambientais.

Como consequência imediata é possível apontar a efetividade das ações de fiscalização e segurança e celeridade nos procedimentos de licenciamento e autorizações.

AÇÕES:

- Investimento em capacitação dos funcionários, equipe técnica e infraestrutura.
- Estabelecimento de convênios públicos e privados para o aumento da eficiência do dever funcional.
- Garantir acesso à informação ambiental.

Saneamento

O principal problema ambiental do Brasil é, sem dúvida, a falta de saneamento.

Saneamento básico engloba cinco pontos: água potável, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e macrodrenagem.

Dados do FGV DATASAN revelam que 34,7 milhões de brasileiros não dispõem de água tratada e apenas 54,1% dos brasileiros

dispõem de rede de esgoto, destes, 78,5% têm esgoto tratado. Isto significa que 99,1 milhões de pessoas ainda não têm acesso a serviços de coleta de esgoto.

A gestão de resíduos sólidos é tema igualmente relevante. Em aproximadamente uma década, o Brasil passou de 66,7 milhões de toneladas de resíduos sólidos gerados por ano, em 2010, para 79,1 milhões em 2019, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

Além disso, o país é, hoje, o quarto maior produtor mundial de plástico, sendo responsável, anualmente, por cerca de 12 milhões de toneladas. Desse total, 40%, ou seja 4,8 milhões de toneladas anuais, são descarregados nos “lixões”, instalados principalmente em grandes centros urbanos.

Ambientes sem tratamento de esgoto, água potável e com disposição inadequada de resíduos causam sérios problemas à saúde pública e às esferas social e urbana, pois o lixo



acumulado a céu aberto atrai transmissores de doenças e contamina o subsolo e aquíferos subterrâneos.

O último braço do saneamento diz respeito à macrodrenagem. As mudanças climáticas têm gerado eventos extremos e um deles é o excesso de chuva em curtos períodos. O planejamento adequado de vias de drenagem é medida urgente para evitar o que se tem visto recentemente em vários lugares do país, a exemplo de Petrópolis e Recife, cidades que sofreram intensamente com enchentes.

A política nacional de resíduos sólidos foi um importante passo para iniciar o longo trajeto que o país precisa percorrer em termos de saneamento. Entretanto, as inúmeras concessões de prazo para a sua implementação por parte dos municípios acabou por enfraquecer os seus dispositivos.

Há que se realizar ações estruturais em parceria com estados e municípios e estabelecer políticas federais que estabeleçam incentivos, exijam a implementação da política nacional de resíduos sólidos como condicionante para obtenção de recursos federais e prevejam consequências para os gestores em caso de ingerência.

AÇÕES:

- Implantação efetiva da política nacional de resíduos sólidos por meio de condicionantes e incentivos.
- Investir em pesquisas científicas, tecnológicas e ações empreendedoras nas áreas de gestão de recursos hídricos e saneamento básico.
- Fazer parcerias com universidades e outras instâncias empreendedoras, visando desenvolver novas tecnologias, novos produtos e gerar empregos e renda.
- Implementar programa de redução e controle das perdas de

água, sobretudo na distribuição da água tratada, por meio de programa educativo e de controle nos operadores das redes de abastecimento de água.

- Implementar ações educativas e empreendedoras para aproveitar as águas de chuva.
- Estimular a participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento e avaliação dos serviços prestados de saneamento, visando o desenvolvimento de uma consciência ambiental sustentável.
- Universalizar o acesso a serviços de água potável e esgoto, conforme normas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e as regras do Novo Marco Regulatório do Saneamento.
- Incentivar a cooperação entre os entes federativos e as parcerias público privadas para prestação, contratação e oferta dos serviços de saneamento, universalizando a prestação dos serviços a preços justos.
- Implantar cursos de capacitação técnica para elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.
- Viabilizar um pacote de investimentos privados em toda



cadeia produtiva do saneamento básico, em parceria com estados e municípios.

- Aperfeiçoar a implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico.
- Fortalecer a atuação da ANA e ampliar suas ações em todo território nacional.
- Condicionar os programas de infraestrutura da União à preexistência de sistema eficientes de macrodrenagem.
- Implantação de sistemas que compensem e mitiguem os impactos das mudanças climáticas em relação à má distribuição de chuva, inclusive no período de estiagem.

Energia, clima e segurança hídrica

O potencial energético brasileiro é indiscutivelmente um vetor estratégico. Nesse momento em que a crise internacional se acirra devido à guerra e outros conflitos regionais, a demanda por energia está na agenda internacional como prioridade.

Na prática, a sobrevivência de muitos países e sua gente está diretamente vinculada à questão energética, o que faz com que praticamente todos os governos estejam atentos a esse problema.

Neste ponto o Brasil se encontra em posição privilegiada pois, diferentemente dos demais países, que possuem base energética em combustíveis fósseis, nosso país possui tecnologia e capacidade de fornecer alternativas para geração de energia limpa e renovável.

Neste contexto é preciso elaborar um projeto estratégico de gestão de nosso potencial energético e transformá-lo em política de Estado, priorizando a produção de energia limpa, eólica e outras renováveis, além de implantar um modelo de gestão estratégica das organizações que atuam nesse setor.

Amplamente discutido e incorporado por organizações mundiais nos últimos anos, o conceito ESG – *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança Corporativa), está relacionado à responsabilidade de atuação e às condutas adotadas para gerar impactos positivos tanto no meio ambiente quanto na sociedade.

O custo da energia está extremamente elevado no país, reduzindo a competitividade das empresas industriais, comerciais e de serviços que empregam energia de forma intensiva, e onerando o custo de vida da população.

O Brasil precisa se preparar para enfrentar os impactos das mudanças climáticas sobre sua economia e segurança institucional. Isto envolve ações articuladas entre vários atores envolvidos com a gestão pública, desde a área ambiental até a Segurança Nacional.

É indispensável que o Estado brasileiro trate a questão das mudanças climáticas como questão de Estado e aja



estrategicamente, se antecipando na solução de graves problemas que interferem no equilíbrio do funcionamento de várias economias internacionais e usando o imenso potencial que o Brasil tem para oferecer para o planeta.

É real a mobilização de importantes setores políticos internacionais voltados para a ação regulatória sobre questões ambientais. A política ambiental e energética brasileira deve priorizar a sustentabilidade, a inovação e o bem-estar social.

Para tanto, é preciso convergir e integrar ações do governo para desenvolver a economia da biodiversidade e aumentar a capacidade produtiva de energias limpas e alternativas.

AÇÕES:

- Reorganização regulatória.
- Fortalecimento da ANEEL.
- Planejamento interministerial coordenado no Ministério do Meio Ambiente.
- Adequação da legislação.
- Recursos de geração e armazenamento distribuídos.
- Reforçar a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério do Meio Ambiente.
- Estimular a transição de mercado cativo de acesso à energia para mercado livre, visando favorecer os consumidores.
- Estimular a portabilidade para o aumento da competitividade, pela diminuição do preço para o consumidor e pela transformação da matriz energética de uma matriz suja para uma matriz limpa.
- Investir na produção de energia limpa e na eficiência energética, por meio de políticas públicas, voltadas para energias renováveis como biocombustíveis, biomassa, hidráulica, solar e eólica.
- Estimular o empreendedorismo na área de produção de

energia alternativa.

- Implantar um modelo de desenvolvimento nos municípios brasileiros, envolvendo a comunidade e gestores públicos e privados, com foco no fortalecimento do protagonismo local, parcerias entre Estado, mercado e Sociedade, capacitação permanente para a gestão, compromisso do gestor (prefeito) com a qualidade de vida da população, combinação do trabalho profissional com o trabalho voluntário, mobilização para desenvolvimento solidário, e estímulos à diversidade econômica e à complementariedade de empreendimentos, favorecendo o surgimento de cadeias produtivas sustentáveis e competitivas.
- Reposicionar a atuação do Brasil na arena diplomática internacional e se tornar referência no cumprimento de metas climáticas internacionais.
- Fornecer apoio técnico à diplomacia brasileira para que possa ser apresentado o potencial nacional de resolução da transição energética.
- Avançar nas reformas estruturais, visando criar e/ou modernizar marcos regulatórios necessários para



viabilizarem a criação de uma economia de baixo carbono eficiente.

- Estabelecer e implementar ações de enfrentamento aos impactos diretos das mudanças climáticas como inundações, secas, desertificações e sumidouros de carbono na Amazônia.
- Planejar ações de enfrentamento às vulnerabilidades causadas pela dependência às barragens hidrelétricas, já que a mudança nos fluxos dos rios afeta nossa capacidade de produção de energia hidrelétrica.
- Promover a redução dos custos da energia no Brasil. Nesse sentido, o IUF é um forte indutor dessa política na medida em que desonera a energia em toda a sua cadeia de produção, distribuição e comercialização.

Áreas protegidas, combate ao desmatamento aos incêndios florestais e proteção da biodiversidade

A questão ambiental transcende o discurso vigente de preservação de áreas apenas por preservá-las. É uma questão de soberania nacional.

Segundo dados da Embrapa o Brasil utiliza 30,2% de seu território para agropecuária, mantendo 66,3% preservados. Apesar disso é um dos três maiores produtores de alimentos do mundo.

Durante décadas o discurso predominante foi de que o Brasil desmata suas florestas sem controle, o que é parcialmente verdadeiro.

Existem problemas sérios, sim. Há muita idiosincrasia e até hipocrisia nos discursos vigentes. A verdade é que o Brasil pode

preservar suas áreas indígenas, unidades de conservação e áreas quilombolas e desenvolvê-las econômica e sustentavelmente.

É preciso mudar paradigmas. O primeiro deles é não aceitar a ingerência internacional no nosso processo decisório.

O congresso Brasileiro precisa fazer uma análise patriótica dessa questão e definir um modelo de ação que gere riqueza e a distribua equitativa e sustentavelmente.

O governo tem que agir fortemente e implantar uma política mineral e ambiental moderna. Há condições de fazer isso, tendo maioria no Congresso.

Muitas áreas indígenas estão situadas estrategicamente nas fronteiras e isso exige cuidado especial, devido à ingerência de ONG's, do crime organizado e do comércio ilegal. Essas questões estão ligadas à soberania nacional.



Estabelecer parceria com países vizinhos, visando aumentar a vigilância nas fronteiras, preservação de áreas de interesse comum e combater o crime ambiental.

O combate ao desmatamento e a efetiva proteção dos espaços especialmente protegidos, áreas indígenas e quilombolas passa, necessariamente por um planejamento territorial estratégico.

Inúmeras políticas ambientais, étnicas e de desenvolvimento foram executadas até hoje, mas nenhuma delas foi capaz de analisar a ocupação do território brasileiro de forma global e estratégica, única forma para a definição de políticas eficientes de atendimento a cada uma delas.

O Brasil foi descoberto em 1500 e até hoje nenhum governo conseguiu olhar para o território e fazer um planejamento de distribuição capaz de compor os interesses de todos os brasileiros.

Existem aproximadamente 60 milhões de hectares não atribuídos na Região Norte, o que favorece crimes de grilagem, tráfico de madeira e de animais, desmatamento e incêndios.

Apenas com a definição de prioridades e potencialidades em todo o território nacional será possível criar políticas que tenham o apoio da população e das comunidades envolvidas, garantindo a efetividade da preservação e conservação do meio ambiente.

AÇÕES

- Realizar um planejamento territorial estratégico, atribuindo as

- áreas de acordo com as suas potencialidades;
- Criação de um programa de desenvolvimento da bioeconomia;
 - Revisar as Unidades de Conservação atualmente existentes, avaliando sua atual pertinência, a viabilidade de gestão pública e considerando as comunidades atingidas;
 - Criar uma política direcionada a resolver os conflitos fundiários, responsáveis pela maioria dos crimes de contrabando de madeira, de minérios e de animais silvestres, grilagem, desmatamento, incêndios e biopirataria.
 - Implantar uma política nacional de proteção dos animais.

AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Há grande expectativa internacional sobre o potencial brasileiro de produção de alimentos oriundos da agricultura familiar. Potências como China, Índia e muitas outras



precisarão de alimentos nas próximas décadas para atender suas demandas internas.

A situação internacional é grave devido às crises de abastecimento, a carência de energia e, sobretudo, de alimentos básicos como o trigo e o milho. O Brasil pode se tornar uma potência ainda maior ao implementar uma estratégia competitiva de produção de alimentos para o mercado interno e externo.

O censo agropecuário de 2017 do IBGE aponta ainda que a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Os homens representam 81% dos produtores, e as mulheres 19%. A faixa etária de 45 e 54 anos é a que mais concentra agricultores e apenas pouco mais de 5% deles completaram o ensino superior.

Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Esses pequenos agricultores são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Contudo, esses pequenos produtores têm acesso a **apenas 14% de todo financiamento disponível para agricultura e se concentram em apenas 23% das terras agriculturáveis** no país.

O Pronaf conta com diversos subprogramas que se destinam a questões específicas do agricultor familiar. O **Pronaf Mulher**, por exemplo, procura promover financiamento as atividades da mulher agricultora. O **Pronaf Agroecologia**, por sua vez, fornece investimento para sistemas de produção agroecológico ou orgânicos. Apesar da existência de diversos programas de incentivo à agricultura, em janeiro deste ano, o **governo congelou diversas modalidades de financiamento ao pequeno agricultor** justificando ter atingido o comprometimento total dos recursos disponíveis para agricultura, ou seja, o governo não possui mais orçamento disponível para financiar esses programas.

Entre os programas que sofreram paralisação em suas linhas de crédito estão: o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns, Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – INOVAGRO, Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais – MODERAGRO e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



Segundo a visão da Embrapa para 2030, haverá um aumento significativo da demanda por água, em torno de 50% alimentos, cerca de 35% e energia de 400%, em nível global.

A agricultura brasileira está no centro da agenda internacional e terá, seguramente, um desempenho predominante no concerto internacional, como produtor e exportador de alimentos.

A estratégia brasileira tem contemplado investimentos em processos de intensificação sustentável, produzindo duas safras por ano e buscando se tornar referência na economia de baixo carbono.

As transformações estruturais que acontecem no universo agrícola exigem esforços do Estado para acompanhar as inovações, se manter na liderança e aumentar, não só a produtividade, mas também a competitividade. Para tanto é preciso agir em sinergia como os demais órgãos de pesquisa e inovação tecnológica, bem como investir no registro de patentes nacionais.

A crescente demanda internacional por alimentos e as limitações que a legislação impõe à expansão da produção agrícola, devido a restrições ambientais, precisa ser analisada pelo congresso com viés estratégico e foco no potencial de crescimento sustentável na produção e exportação de alimentos

SEGURANÇA ALIMENTAR

Vivemos uma época de grande perplexidade, na qual acontecem mudanças estruturais na organização da economia internacional, guerras em várias regiões e a fome

crece, em nível nacional e global.

Isso decorre de migrações forçadas, controles de mercado por interesses econômicos e profunda crise no modelo de globalização construído a partir dos anos 70 do século passado. Isso se verifica na questão da energia, dos combustíveis e dos fertilizantes.

O Brasil é de fato um dos celeiros do mundo e pode aumentar sua produtividade, mas para tanto, é preciso investir corretamente na agricultura familiar e no aprimoramento da estrutura de abastecimento do mercado interno, de forma a minimizar ao máximo a fome em nosso país. Hoje, a produtiva agrícola brasileira, sobretudo a da produção de grãos, está muito dependente do uso de fertilizantes e defensivos e requer aprimoramento para elevar os níveis de produtividade sem grandes dispêndios em insumos.



A agricultura familiar pode gerar riqueza suficiente para auxiliar nos investimentos em educação, saúde e saneamento, desde que priorizada e gerenciada estrategicamente.

Nossa produção de alimentos permite que mais de 1 bilhão de pessoas sejam alimentadas por produtos nacionais. No entanto, temos um grave problema estrutural, que é a fome no nosso país.

Muitas experiências públicas foram feitas nas últimas décadas tentando minimizar a tragédia da fome. Houve avanços e retrocessos causados por variáveis diversas; sendo a mais recente a pandemia da Covid 19. Essa pandemia causou muitos prejuízos para todos os brasileiros, desde o comércio até a logística de abastecimento de alimentos.

Estudos científicos recentes realizados pela FGV Social e A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) demonstraram o expressivo crescimento da insegurança alimentar no Brasil, sobretudo em regiões mais desprotegidas pelo poder público, no norte e nordeste.

A FGV constatou que em 2021 a fome aumentou e em algum momento faltou dinheiro para comprar alimentos. Essa trágica condição atingiu 75% dos mais pobres e 52% dos menos escolarizados.

A Rede Penssan demonstrou, em seu 2º inquérito de segurança alimentar, que o quadro de pobreza vigente agravou a situação da fome; significa dizer que **14 milhões de novos brasileiros passaram a conviver com a situação de fome, uma vez que tínhamos 19,1 milhões ao final de 2020 e, ao final**

de 2021 e início de 2022, esse número subiu para 33,1 milhões.

Entre o final de 2020 e o início de 2022, nesta mesma faixa de rendimentos, houve redução significativa da proporção de famílias em segurança alimentar. Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nesses domicílios em extrema pobreza” (PENSSAN).

Destaca-se, no II VIGISAN, o fato de que, para as famílias que reduziram a compra desses alimentos, a IA moderada ou grave comprometia quase a metade dos domicílios que não conseguiam manter alimentos que constituem boa parte da cesta básica da alimentação brasileira (feijão: 46,5%; arroz: 49,0%; carnes: 39,4%; vegetais: 48,5%; e frutas: 45,5%).

No plano global, tanto o acesso aos alimentos quanto o acesso à água para consumo humano dependem, sobretudo, de condições socioeconômicas, políticas, geográficas e ambientais assentadas em políticas públicas que buscam



garantir a realização desses direitos.

Assim, podemos assumir, com os resultados deste II VIGISAN, que não será possível garantir segurança alimentar sem que seja também garantida a segurança hídrica, tanto com políticas específicas de abastecimento quanto com políticas estruturais de combate às mudanças climáticas, de proteção aos recursos hídricos e de regulação de uso dos mananciais.

AÇÕES:

- Elaborar e implementar uma **Estratégia Nacional para fortalecer a agricultura familiar**, privilegiando as vocações regionais.
- Tornar a agricultura familiar brasileira referência internacional em qualidade e capacidade produtiva.
- Fortalecer o PRONAF.
- Fortalecer a CONAB para voltar a ter atuação de destaque no mercado nacional de grãos.
- Retomar os financiamentos de todos os programas de agricultura familiar que estão paralisados pelo governo.
- Priorizar o programa nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) e a aquisição e estoque de alimentos.
- Focar no agronegócio, sem negligenciar nossa capacidade de abastecer o mercado interno, gerenciando estrategicamente os estoques reguladores, sob cuidados da CONAB.
- Implementar uma política de regulação de mercado, de forma a manter o mercado interno abastecido e em condições de atender a população, sobretudo nesse período grave, de tensões internacionais e de reorganização geopolítica e geoeconômica.
- Incrementar as linhas de financiamentos ao pequeno agricultor em todos os bancos estatais.

- Investir em pesquisa e inovações tecnológicas para a agricultura familiar.
- Criar programa de cooperação com universidades e centros de pesquisa para aumentar a competitividade e produtividade da agricultura familiar brasileira.
- Patentear as inovações desenvolvidas para o setor da agricultura familiar, para o crescimento do setor.
- Investir na produção de ração, já que a dieta das aves, dos suínos e bovinos tem 70% de milho. Se faltar milho, aumenta o preço final da comida do trabalhador.

Exemplo clássico é a carne denominada músculo que teve em ano e meio uma alta de mais de 50%, assim é a carne de porco e a de frango.

O censo agropecuário de 2020 demonstra que 70% da produção de feijão, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, com 2,8 milhões de toneladas/ano, é oriundo da agricultura familiar. Isso corresponde a 4,4 milhões de estabelecimentos e são a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Esses



empreendimentos correspondem a 40% da população economicamente ativa no país.

É preciso considerar a importância dos agricultores familiares para manter a segurança alimentar dos brasileiros, daí porque é estratégico e indispensável o governo investir na agricultura familiar. Esses agricultores garantem a paz social e a sobrevivência de milhões de pessoas.

Somente em Minas Gerais, estima-se que 295 mil produtores e 7 milhões de trabalhadores se dediquem ao cultivo a cada ano. Além de Minas Gerais, estão entre os maiores produtores nacionais os estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Paraná.

- Investir na expansão do agronegócio brasileiro e aumentar sua produtividade. Será uma meta ampliar a participação no mercado internacional, sobretudo nesse período turbulento no qual muitas grandes oportunidades se apresentam ao Brasil.
- Transformar em política de Estado o fomento à produção de fertilizantes para abastecer o mercado interno.
- Investir no desenvolvimento das cadeias produtivas de plantas comestíveis e frutas da Amazônia.
- Articular a produção de alimentos baseados em multimistura (farelo de arroz e trigo, com farinha de folha de mandioca, sementes de abóbora e gergelim), por meio da produção desses ingredientes em hortas comunitárias, escolas e centro de assistência social. É comprovado cientificamente que esse alimento reduz a mortalidade infantil e tira crianças da desnutrição e do risco de vida.
- Implantar programa de instalação de fábricas de multimistura em municípios polo, conforme definição do IBGE.
- Elaborar e implantar um Plano Estratégico de Produção de alimentos nacionais.
- Fortalecer o Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa, visando acompanhar tendências, gerar conhecimento e

tecnologia competitiva.

- Ampliar as parcerias internacionais, abrindo novos mercados para os produtos nacionais.
- Aumentar os investimentos em pesquisa e inovação no setor agrícola.
- Fortalecer a EMBRAPA e a EMATER, em todo o território nacional.
- Aumentar o número de patentes nacionais.
- Articular ações com o INPI para agilizar o processo de registro e licenciamento de patentes.
- Aumentar a ocupação, com sustentabilidade, das terras produtivas, incentivando o aumento da produtividade.

DEFESA CIVIL CORPOS DE BOMBEIROS

Segundo um estudo do Ministério da Ciência e Tecnologia, em



parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), apenas 14% dos 5570 municípios do país têm bombeiros. Isso indica a existência de aproximadamente 4,7 mil municípios sem bombeiros.

É crescente a quantidade de desastres naturais, de trânsito urbanos, interurbanos, rurais e incêndios de todo tipo e gravidade.

Segundo estudos do governo federal, acontecem, em média, 200 mil incêndios por ano no Brasil. São mais de 500 por dia.

Poucos municípios brasileiros seguem padrões internacionais de segurança.

“O ideal seria que todos os municípios tivessem postos de bombeiros. A ideia é que, em sete minutos, no máximo, os bombeiros consigam chegar em qualquer emergência”, avalia o pesquisador Tomina.

Alguns problemas precisam ser solucionados:

- O número de desastres naturais e tecnológicos cresce significativamente, bem como seus prejuízos, tanto de origem econômica como socioambiental.
- Os tipos de desastres naturais que mais ocorrem são os hidrológicos, inundações e movimentos de massa úmida, os meteorológicos: vendavais e tempestades tropicais.

É preciso um planejamento bem detalhado e o Estado, em suas três esferas de governo, para atender prontamente e de forma integrada as situações decorrentes desses tipos de desastres.

Associações técnicas especializadas e a comunidade

geológica, geotécnica e científica, que fazem avaliação de áreas de risco geológico e hidrológico tem, sucessivamente, alertado para o aprimoramento da gestão de nossas cidades, geoparques e áreas de interesse turístico, no atualmente designado Turismo Geológico.

Para esses especialistas, o Brasil tem todas as condições técnicas necessárias para evitar a repetição de tragédias como as que ocorreram recentemente na Bahia, em Minas Gerais e se repetem frequentemente no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Maranhão e tantas outras cidades e regiões.

Ações:

- Elaborar e implementar um Plano Nacional de Gerenciamento de Riscos, com ações preventivas e emergenciais.
- Capacitação e valorização de técnicos que atuam na área de prevenção de risco nos municípios e estados.
- Implantar programas de capacitação em atendimento



solidário – em situações de risco e calamidades – serviço civil voluntário.

- Promover campanhas educativas sobre prevenção e atendimento solidário em situações de risco e calamidades.
- Elaborar e implementar, em parceria com governadores e prefeitos programa de montagem e funcionamento de corpos de bombeiros, primeiramente em cidades polos (na classificação do IBGE) e, em 4 anos, universalizar conforme necessidades municipais.
- Elaboração de Cartas Geotécnicas de Risco das cidades e áreas de Turismo Geológico.
- Monitoramento constante das áreas de riscos geológicos e hidrológicos, com revisões periódicas.
- Divulgar, por meio de campanhas de esclarecimento, a situação das áreas de risco geológicos e hidrológicos.
- Implantar, em parceria com governadores e prefeitos uma política real e efetiva de transferência de moradias em áreas onde a convivência com os riscos naturais não é viável, de forma segura.
- Implantar um programa eficaz de fiscalização do uso desordenado e ilegal do solo em áreas de risco.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública e a segurança institucional são coirmãs na gestão. É fundamental que os dois sistemas funcionem de forma coordenada. Atualmente, muitas ações da segurança pública atingem o cerne da segurança institucional, como o crime organizado, o tráfico de drogas, de pessoas, de minérios estratégicos e de outros produtos da biodiversidade nacional.

No meu governo, o sistema de segurança pública trabalhará em consonância com a segurança institucional, porque o

problema das fronteiras e da gestão das riquezas naturais é muito complexo e envolve ações de vários setores do governo.

O crescimento das ações do crime organizado e suas facções no controle de nossas fronteiras não podem aumentar e tem que ser combatidos com a força do Estado.

O chamado crime comum que vitimiza boa parte da população precisa ser combatido e tratado de forma diferenciada. Mas isso só será possível se o Estado retomar o real controle do sistema penitenciário e das cadeias.

O imenso contingente de presos em situação provisória é um abuso à cidadania e aos direitos civis.

O cidadão que infringe a lei merece ser tratado e punido conforme sua infração, mas a lei tem que ser aplicada com a rapidez necessária.



O sistema de segurança pública Brasileiro precisa urgentemente ser aperfeiçoado. O sistema prisional é um barril de pólvora prestes a explodir e está praticamente sob o controle do crime organizado. É um exército de milhares de presos que não têm cidadania.

AÇÕES:

- Investir na inteligência e na integração de dados e modelos de governança, de forma a agilizar as ações do Estado na segurança pública.
- Implantar um sistema nacional de rede de controle de veículos suspeitos/roubados, com capacidade de pronta resposta.
- Apresentar projeto de reestruturação das nossas polícias, visando sua profissionalização e adequação às condições necessárias, para atuar efetivamente em novas situações de segurança pública.
- Implantar um Sistema de Controle de nossas fronteiras a partir da ação integrada entre forças de segurança pública, institucional e outros agentes.
- Apresentar ao Congresso Nacional projeto para criação de uma Guarda Nacional Permanente, com missão bem definida, entre elas, as de controle de tumultos e emergências carcerárias e de manutenção da paz social em todo o Brasil.
- Investir fortemente no combate a facções criminosas e ao crime organizado.
- Aprimorar a eficiência da investigação penal, com uso de tecnologia, novos métodos e qualificação técnica.
- Implantar um sistema moderno de coleta de DNA e material genético encontrados nas cenas do crime e criar um banco de dados, para melhorar o resultado das investigações criminais.

- Implantar programa de aperfeiçoamento da perícia criminal em todos os setores, desde crimes contra a vida até crimes financeiros.
- Reforçar as ações da polícia penitenciária, implantando sistemas de controle e vigilância de alta tecnologia.
- Apresentar projeto para federalizar a gestão dos presídios.
- Implantar uma política nacional antidrogas, por meio de ações multidisciplinar do governo Brasileiro, parceiros internacionais e de prefeituras.
- Implantar uma estratégia efetiva de proteção às mulheres, crianças e idosos vítimas de violência doméstica ou em outros ambientes.
- Implantar uma política de segurança pública integrada com os Estados e municípios, para preservar nossos seis biomas, de forma a garantir seu uso legal e sustentável.
- Ampliar o número de delegacias da mulher (DEAM) em todo o país, priorizando municípios onde a violência doméstica é maior.
- Propor a criação de um fundo nacional para atendimento às



vítimas de crimes para ajudar na reparação de danos materiais, físicos e emocionais.

- Implantar uma política que estimule condenados a trabalharem durante o período que estiverem presos.

JUSTIÇA, POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Fazer o censo penitenciário nacional e conhecer a real situação de todos os presídios, cadeias, condenados, presos e seus familiares.
- Rever a situação dos presos em situação provisória e levantar a situação de cada condenado, se já cumpriu a pena ou não.
- Promover o acesso à justiça aos presos.
- Fazer articulação com sistemas produtivos para inserção de egressos, legitimamente, no mercado de trabalho sob supervisão da justiça.
- Aprimorar e implementar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) a partir da integração das ações de segurança institucional e pública e controle das fronteiras externas e internas.
- Implementar sistemas de vigilâncias em todos os municípios e rodovias, para antecipar qualquer ação criminosa e, quando ocorrer, a polícia ter pronta resposta. O acesso à informação nessa área tem que ser otimizado e o sistema alimentado 24 horas.

Combate à corrupção

- Ampliar a autonomia da Polícia Federal para que ela possa realizar o seu trabalho, sem riscos de interferência imprópria por parte do governo federal.
- Estabelecer mandato fixo de dois anos para o diretor geral da Polícia Federal, só podendo ser removido por má conduta ou

insuficiência manifesta de desempenho a ser avaliada por comissão independente formada por um membro da polícia, um do judiciário, um do ministério público e um do poder executivo.

- Garantir e ampliar a autonomia da polícia judiciária dos Estados na investigação de casos de corrupção.
- Criação de duas delegacias estaduais especializadas no combate à corrupção nos Estados, uma na capital e outra na maior cidade do interior, com estrutura suficiente para realizar o trabalho, presididas por um delegado com mandato fixo de dois anos, só podendo ser removido por má conduta ou insuficiência manifesta de desempenho a ser avaliada por comissão independente formada por um membro da polícia, um do Judiciário, um do Ministério Público e um do Poder Executivo.
- Criação e implementação de programas de denunciadores do bem.
- Propor o fim do foro privilegiado para todas as autoridades.
- Ampliar a autonomia e independência do Procurador-Geral da República.



- Criação de uma Corte Nacional Anticorrupção composta por 30 juízes e 11 desembargadores, destinada a processar e julgar, em primeira e segunda instância, acusados de crimes de grande corrupção praticados contra a administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.



ESPORTE

O mercado esportivo brasileiro, antes da pandemia, chegava a 2% do PIB nacional e apresentava uma trajetória ascendente. Algumas projeções, como a do Statista, (www.statista.com) previram que o setor atingiria algo em torno de 5% até 2025. Segundo levantamento de 2019, apenas 4,62% da população frequentava academias formalmente. Um índice menor do que o da Argentina (6,43%) e bem mais baixo do que o dos EUA (20,80%).

Conforme estabelece nossa Constituição Federal em seu art. 217, é dever do Estado fomentar o desporto, como um direito de participação de todos os cidadãos.

Partindo desse dispositivo constitucional, é necessário investir no desenvolvimento e acesso universal às atividades desportivas e de lazer, que contemplem as mais variadas práticas e modalidades.

É preciso elaborar e implementar um Plano Estratégico de gestão e desenvolvimento do esporte e lazer, contemplando as diversas práticas e o empreendedorismo, em toda cadeia produtiva direta e indireta do esporte e do lazer. Esse setor é grande gerador de riqueza, empregos e entretenimento para o bem-estar social.

O setor esportivo precisa ser gerenciado de forma a potencializar seu desenvolvimento em todos os municípios brasileiros, reforçando as vocações regionais e permitindo que novos atletas e empreendedores participem efetivamente da economia do esporte.

Merece destaque o interesse dos brasileiros pela prática de artes marciais. Nessas modalidades, o Brasil tem obtido grande sucesso internacional e cresce a demanda em várias regiões por acesso à formação e participação em eventos. Sobretudo nas regiões mais carentes da sociedade brasileira essa expectativa é notória.

Esse fato merece atenção especial do governo, para fomentar a correta e sadia prática de artes marciais, desde a infância até a terceira idade, para todos.



AÇÕES:

- Tornar o Brasil referência internacional no desenvolvimento das várias modalidades esportivas, por meio da formação da prática, realização e participação em eventos esportivos de qualidade.
- Fortalecer os programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social, em todo o território nacional.
- Fortalecer o programa de infraestrutura no esporte nacional, visando melhorar o atendimento à sociedade, gerar empregos e renda.
- Incentivar a indústria de equipamentos e de eventos esportivos e de lazer, com linhas de crédito especiais e assessoramento técnico.
- Implantar uma política de atração de grandes produtoras de artigos esportivos com incentivos especiais de longo prazo – terrenos, apoio educacional com integração com prefeituras, visando criar empregos, renda e desenvolver a cadeia produtiva do esporte e do lazer.
- Implantar uma agenda contínua de macro e micro eventos federais, estaduais e municipais, em parceria com clubes, associações, tanto para trabalhadores ou aposentados e para a população de baixa renda.
- Reduzir a carga fiscal em toda a linha de suprimentos e reforçar o desconto no IRPJ.
- Criar um programa especial para formar treinadores esportivos em todas as modalidades e cancelar oficialmente essa formação.
- Criar um cadastro nacional de técnicos esportivos e acompanhar seu desenvolvimento profissional.
- Fazer o censo esportivo nacional, humano e patrimonial.
- Ampliar e implantar o PROFEST em todo o Brasil, de forma a promover a inserção de jovens no mercado esportivo, como atletas e empreendedores.

- Implantar programa de escolinhas esportivas em parceria com os clubes e associações em todo o Brasil.
- Implantar um programa de reconhecimento de atletas e mestres de todas as modalidades esportivas para atuarem como conselheiros e palestrantes em todo o Brasil.
- Aperfeiçoar a Lei Geral do Esporte, sobretudo nas áreas da profissionalização, da comunicação e do aproveitamento dos clubes na formação e realização de eventos.
- Incentivar a Educação Física Escolar adequando a legislação para estimular a prática.
- Implantar uma política de massificação do "Esporte para Todos" em regiões completamente esquecidas.
- Fortalecer os jogos indígenas.
- Implantar programa de capacitação dos profissionais de Educação Física nos três níveis do desporto, com foco no Desporto de Alto Nível.
- Aperfeiçoar a seleção e diversificação dos projetos da Lei de Incentivo ao Esporte, com foco estratégico.



- Ampliar o programa Bolsa Atleta fortalecendo os esportes Olímpicos na base.
- Implantar o Projeto de inteligência esportiva para gerenciar estrategicamente o setor e acompanhar as inovações ligados a toda cadeia produtiva do desporto e do lazer.
- Implantar uma rigorosa política de combate ao *doping*.
- Fortalecer o sistema paraolímpico e desenvolver a indústria de serviços e produtos para o setor, gerando empregos e renda.
- Promover a realização de eventos esportivos diversos e de nível internacional no Brasil, para incentivar o turismo esportivo e fortalecer toda a cadeia produtiva direta e indireta, gerando empregos e renda.
- Implantar, em parceria com os municípios, um sistema de desenvolvimento de práticas de esportes e de lazer, conforme a vocação regional, visando criar condições de ascensão social e empregos, em todo o Brasil.
- Implantar uma política de lazer esportivo e de recreação para todas as idades e em todo o país.
- Investir na prática esportiva e de lazer para a terceira idade, em todo o Brasil.
- Adequar equipamentos públicos para atender as necessidades de idosos em atividades desportivas e de recreação.
- Reformar e criar espaços de práticas esportivas e de lazer, em todo o Brasil, visando oferecer melhores condições e serviços à população.
- Criar programa de formação profissional para atividades de lazer e recreação para idosos.
- Criar programa de formação profissional para cuidadores de deficientes físicos, para melhorar sua especial condição e gerar empregos e renda.

CULTURA

O setor cultural não é valorizado como devia, contudo, é responsável por produzir 2,5% do PIB nacional. Em 2021, o setor gerou o equivalente a 170 bilhões de reais, segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, para cada R\$ 1,00 investido pelo governo em cultura, gera-se R\$ 13,00 de retorno para os cofres públicos. Mesmo sendo muito atingido, o segmento cultural é um dos mais promissores para a retomada econômica pós-pandemia.

O impacto negativo da pandemia sobre toda a economia nacional foi imenso. Mas a crise que se abateu sobre o setor cultural nacional foi marcada por impasses gerenciais, dificuldades de coordenação das atividades de tão complexo



setor e indefinição de uma estratégia política que permitisse a economia cultural superar as dificuldades efetivamente.

Muitos equipamentos culturais como museus, centros culturais, teatros, espaços de shows e dança, cinemas e bibliotecas em todo o Brasil pararam de funcionar temporariamente. Isso abalou estruturalmente o setor que precisa, agora, se reorganizar e se ajustar à nova realidade.

Segundo o Observatório do Itaú Cultural, o setor cultural empregava em torno de 4,9 milhões de brasileiros. Muitos trabalhavam em circuito de eventos, shows e outras atividades que foram descontinuadas com a pandemia e as restrições sanitárias.

Os prejuízos financeiros foram imensos e atingiram vários segmentos do setor cultural. O governo federal demorou muito a socorrer o setor. Essa demora causou enormes prejuízos e desempregos significativos.

AÇÕES:

- Implementar um plano emergencial para, em parceria com governadores e prefeitos, capacitar tecnologicamente os profissionais da cultura que têm dificuldade de acessar às novas formas de produção e consumo de produtos e serviços culturais.
- Fortalecer as manifestações culturais típicas.
- Reorganizar o funcionamento dos equipamentos culturais.
- Fortalecer o sistema de infraestrutura audiovisual, games e outras atividades virtuais, propiciando o acesso a museus digitais, com caráter educativo, de entretenimento e turismo.
- Investir na produção de aplicativos culturais de fácil acesso à população.

- Digitalizar os acervos da biblioteca nacional e outras instituições relevantes culturalmente e articular com o MEC e o MCTI ações integradas para universalizar o acesso à cultura e aos bens culturais digitalmente.
- Promover ações de divulgação e acesso aos acervos da biblioteca nacional e demais instituições culturais nacionais.
- Regulamentar o Sistema Brasileiro de Cultura.
- Regulamentar e gerenciar estrategicamente o fundo Paulo Gustavo.
- Estabelecer parcerias com Ministério do Turismo e prefeituras para promover o Turismo Cultural, em todo o Brasil.
- Fortalecer a FUNARTE, ampliando sua atuação em todo o território nacional.

